

1 **Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional –**
2 **CONSEAN/SE do ano de 2026.**
3

4 No nono dia do mês de fevereiro de 2026, às nove horas e quarenta minutos, na sede do Conselho
5 Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (CONSEAN/SE), localizado na Travessa
6 Baltazar Gois, número 86, Edifício Estado de Sergipe, 3º andar, Centro, Aracaju, Sergipe, foi realizada
7 a 2ª Reunião Ordinária do ano de 2026. A reunião foi presidida pela Presidente do CONSEAN/SE
8 Carivalda Ribeiro Sousa e contou com a participação presencial dos seguintes membros: Ana Ires Lima
9 dos Santos-MNU; Ana Lúcia Santos Nascimento Calazans-IE: Antônia Regina Coelho de Oliveira-
10 SEAFUZ; Carivalda Ribeiro Souza-ICB; Estelita Santos da Conceição- Associação Nova Esperança;
11 Edjunio Vieira Silva- IDPESE; Eliene da Silva Santos-CONSEAN; Gicélia Santos Prado- SEMAC; Kathleen
12 F. Hagenbeck– CONSEAN; Laísia Vieira Santana- SEDURBI; Lucas dos Santos – IDPESE; Lucas
13 Travassos Deda SEAGRI; Tânia Maria de Lima- Associação Católica Bom Pastor; Valmira Beto Santos-
14 Colônia de Pescadores Z3; Vanessa Gama Alves- GACC e Viviane Reis de Andrade-SEASIC. E como
15 convidados: Raphaela Dias de Rezende- SEASIC e Tânia Lima Moura- Associação de Moradores do
16 Bairro Bugio. E teve como pauta: 1-Apreciação e votação da ata anterior; 2-Apresentação das
17 justificativas de ausência; 3- Calendário de visitas; 4-Deliberações acerca dos mandatos vigentes; 5-
18 Apresentação de pontos específicos para deliberações e encaminhamentos; 6- Apresentações de
19 informes. Carivalda iniciou a reunião desejando bom dia a todos, colocou a ata em votação, sendo
20 aprovada por todos os presentes. Em seguida, perguntou se houve alguma justificativa de ausência.
21 Foi informado que Silvino, da ASPDR, não pôde comparecer por ter sofrido um pequeno acidente, no
22 qual um inseto entrou em seu olho e causou inflamação, Hiago, da Casa Civil, chegou a comparecer,
23 porém sentiu mal-estar e precisou se retirar e Vanessa, do Centro Santo Antônio Ogum Raio de Sol,
24 informou previamente que não poderia comparecer por estar em atividade do centro. Na sequência,
25 Carivalda apresentou o calendário de visitas e explicou que este é elaborado pela Secretaria Executiva
26 juntamente com a presidente, que solicitou a participação de Ana Ires em todas as visitas para
27 realização do levantamento dos povos e comunidades tradicionais. Informou ainda que o calendário
28 tem como objetivo realizar visitas às entidades que solicitam parecer do Conselho para programas
29 como o PAA, Mesa Brasil, PEAA e Cozinhas Solidárias, além de equipamentos governamentais de
30 segurança alimentar e nutricional, como Centro POP, Padre Pedro e Prato do Povo. Cada conselheiro
31 recebeu o calendário para escolha das datas e, após manifestações, ficaram definidos: dias 24 e 26
32 de fevereiro, no município de Aracaju- Carivalda, Ana Ires e Tânia; dia 27 de fevereiro, também em
33 Aracaju- Ana Lúcia, Ana Ires e Carivalda. No mês de março: município de Pacatuba - Ana Ires, Tânia e
34 Carivalda; dia 11 -Itabaiana e Frei Paulo - Lucas e Estelita; dia 20 -Poço Redondo e Porto da Folha -
35 Carivalda e Tânia; dia 23 - Barra dos Coqueiros e Pirambu - Laísia, Valmira e Carivalda; dia 27-
36 Umbaúba e Arauá- Carivalda. Carivalda explicou que anteriormente as visitas aos povos e
37 comunidades tradicionais eram realizadas pelo conselheiro Sr. Paulo, e Ana Ires informou que
38 também participava dessas visitas. A presidente destacou que a Secretaria Executiva e a presidência
39 sempre estarão presentes, mas que deseja a participação rotativa dos conselheiros, para que todos
40 conheçam a realidade e a forma de execução dos trabalhos, garantindo a continuidade das atividades
41 do Conselho. Informou ainda que municípios vizinhos foram organizados no mesmo dia para
42 otimização do tempo, quando possível. Acrescentou que, nas visitas anteriores, eram visitados o

43 Prato do Povo, os povos e comunidades tradicionais e as Secretarias Municipais de Assistência Social,
44 visando a adesão ao SISAN, o que contribuiu para alcançar 100% de adesão. Raphaela Dias solicitou
45 a palavra, apresentou Viviane Reis, superintendente da pasta de Segurança Alimentar e da
46 Assistência Social, informando que ela será a nova representante da SEASIC no Conselho e que no
47 momento, no conselho, estavam definindo os conselhos que realizariam as visitas. Viviane
48 cumprimentou a todos, informou ser assistente social de formação e atualmente superintendente da
49 Assistência Social, responsável pela Diretoria de Gestão do SUAS e pela Diretoria de Segurança
50 Alimentar e Nutricional. Colocou-se à disposição, pediu desculpas pelo atraso em razão de outro
51 compromisso e afirmou estar presente para somar e fortalecer a segurança alimentar e nutricional
52 no estado. A Secretaria Executiva comunicou que a reunião do mês de março, anteriormente
53 marcada para o dia 11, foi postergada para o dia 13 de março, em virtude da Reunião Plenária
54 Ordinária Nacional, que ocorrerá nos dias 10 e 11 de março de 2026, em Brasília/DF. Carivalda
55 informou que realizará as visitas e que, para evitar a necessidade de dois transportes, Ana Ires irá
56 acompanhá-la, de modo que, enquanto uma realiza visitas às cozinhas e aos equipamentos
57 governamentais, Ana Ires fará a busca ativa de terreiros. Informou que a secretária Érica já havia
58 solicitado o mapeamento dessas comunidades e que, embora as visitas tenham sido realizadas
59 anteriormente, o mapeamento não foi efetivado. Relatou que criou o fórum, considerado bem-
60 sucedido, e que, no mesmo dia de sua realização, as propostas foram aprovadas em Brasília,
61 afirmando não saber como ocorreu nem se algo semelhante já havia sido feito antes. Informou ainda
62 que não houve retorno do Governo do Estado e que a intenção é convocar um novo fórum para
63 sensibilizar o governo quanto às propostas apresentadas, destacando que o fórum é voltado às
64 comunidades tradicionais e de matrizes africanas. Ana Ires informou que o fórum foi criado em 2024
65 com a participação de diversas comunidades tradicionais e relatou ter realizado visitas a vários locais
66 de povos de matrizes africanas. Destacou que a busca ativa anteriormente teve resultados positivos,
67 assim como a realização do fórum, que contou com boa mobilização e participação significativa do
68 público. Explicou que o objetivo do fórum é mobilizar a sociedade civil das comunidades tradicionais,
69 como quilombolas, mulheres negras e povos de matrizes africanas, além de identificar e mapear essas
70 comunidades, ressaltando que sua fala visa fomentar a realização do III Fórum de Segurança
71 Alimentar. Carivalda acrescentou que o primeiro fórum foi construído pela sociedade civil dentro do
72 CONSEAN, quando o presidente era Gil Marcos e ela atuava como coordenadora dos presidentes
73 municipais. Informou que o segundo fórum foi realizado com dificuldades, com a participação de
74 Kathleen, Sabrina, apoio da Secretaria, de Ana Ires e do Sr. Paulo. Disse que, desta vez, deseja
75 construir o fórum coletivamente, sem definir uma data próxima, para que haja tempo hábil e
76 participação de todos, considerando a necessidade de identificar todos os povos, ressaltando que
77 povos ribeirinhos e pescadores não participaram anteriormente por falta de tempo. Destacou que a
78 SEASIC trabalha com projetos e que é necessário elaborar o plano de ação anual, ainda que muitas
79 vezes não seja lembrado, sendo preciso construir um rascunho junto à Secretaria Executiva para
80 oficialização das deliberações. Informou que há muitas ações a serem realizadas e que o ano anterior
81 foi marcado pela inclusão, dando visibilidade a grupos antes invisibilizados, inclusive com acesso a
82 programas como o recebimento de arroz, inexistente em períodos anteriores. Ressaltou que ainda
83 há pessoas excluídas dos programas governamentais por falta de documentação, mas acredita na
84 possibilidade de encontrar alternativas ou mobilizações para auxiliá-las. Destacou que a sociedade
85 civil consegue se unir para ajudar, porém enfrenta dificuldades na parte burocrática, citando como

86 exemplo o povo cigano, que encontra barreiras administrativas, solicitando que o Governo do Estado
87 disponibilize apoio técnico para auxiliá-los. Viviane afirmou compreender a situação e destacou que,
88 do ponto de vista estratégico, é fundamental identificar tanto as comunidades e povos tradicionais
89 quanto outros públicos que necessitam da construção e efetivação de políticas públicas. Ressaltou
90 que, quando as visitas são realizadas sem mapeamento ou documentação, institucionalmente é
91 como se não tivessem ocorrido, apesar de reconhecer que as visitas aconteceram. Enfatizou que a
92 construção do mapeamento é extremamente importante por constituir um processo fidedigno, capaz
93 de comprovar a existência dessas comunidades e subsidiar o desenvolvimento de ações e políticas
94 públicas específicas. Informou, contudo, que a Secretaria de Estado necessita de planejamento, plano
95 de ação, definição de datas e cronogramas. Em relação à disponibilização de transporte, afirmou que
96 a Secretaria pode atender às demandas, desde que apresentadas e validadas com antecedência,
97 considerando tratar-se de uma secretaria estadual com múltiplas demandas e conselhos. Reforçou a
98 necessidade de planejamento, justificativa, objetivos e finalidade das ações, destacando que o aviso
99 prévio é essencial devido ao fluxo administrativo, embora reconheça que situações emergenciais
100 possam ocorrer e que há esforço para atender ao máximo possível. Informou ainda que existe a
101 Diretoria de Direitos Humanos, que atua diretamente com povos e comunidades tradicionais,
102 ressaltando a importância da tentativa de otimização das visitas e orientando que, caso haja
103 dificuldades na execução, seja apresentado cronograma para avaliação das possibilidades de
104 atendimento, reiterando que o planejamento é imprescindível. Ana Ires pontuou que a realização do
105 fórum deveria ser incluída no Plano de Segurança Alimentar. Viviane perguntou se o fórum havia sido
106 incluído nas ressalvas do plano. Carivalda informou que ninguém lembrou de encaminhar e afirmou
107 que, independentemente do plano, o fórum precisa acontecer, pois já é uma ação da segurança
108 alimentar e vem sendo realizado ao longo dos anos. Ana Ires destacou que, financeiramente, a
109 responsabilidade acabou recaindo sobre Carivalda, Sabrina e a Secretaria Executiva, justamente por
110 não constar no plano, não havendo previsão de recursos financeiros. Relatou que, se não fosse o
111 esforço delas, o encontro não teria sido realizado, ressaltando a importância de esclarecer os fatos
112 para que a superintendente compreenda a necessidade de incluir o fórum no plano, garantindo assim
113 recursos financeiros. Carivalda explicou que fóruns realizados por organizações como a RENAFO, povos
114 religiosos de matrizes africanas e ciganos não se encerram em uma única edição, pois sempre
115 haverá novas demandas e propostas a serem apresentadas ao governo, sendo encontros contínuos.
116 Disse que seria viável inserir o fórum no plano, se possível, mas que, caso não seja, trata-se de uma
117 ação do Conselho, podendo constar no plano de trabalho. Viviane informou que foram feitas algumas
118 ressalvas e que as alterações realizadas foram aquelas previamente solicitadas. Carivalda reforçou
119 que o fórum integra um calendário já consolidado e que é possível trabalhar para sua realização. Ana
120 Ires afirmou que considera o fórum uma ação da SEASIC, enquanto Carivalda destacou que se trata
121 de uma iniciativa da sociedade civil. Edjunio pontuou que, caso não esteja previsto no plano, o evento
122 pode até ocorrer, porém sem financiamento, ressaltando a necessidade de constar no PPA; caso
123 contrário, seria necessário buscar recursos em outras fontes. Ana Ires informou que pretende realizar
124 uma edição mais ampla do fórum, considerando que a anterior foi organizada com pouco tempo e
125 que os custos serão maiores. Carivalda destacou que não é mais possível inserir o evento no plano,
126 pois este já foi publicado. Ana Ires ressaltou a importância de levar a demanda à Secretaria por meio
127 da superintendência. Carivalda lembrou que os dois primeiros fóruns foram realizados mesmo sem
128 plano. A Secretaria Executiva informou que, na ocasião, ela e Sabrina arcaram com despesas,

129 enquanto Carivalda esclareceu que a alimentação foi obtida por meio de parcerias. A Secretaria
130 Executiva acrescentou que houve custos com crachás e banners. Carivalda afirmou que as
131 dificuldades ocorreram por falta de pessoas para buscar parceiros e lembrou experiências
132 anteriores em que ações foram realizadas pela sociedade civil sem apoio direto da SEASIC. Ana Ires
133 destacou a importância das falas, considerando que a pessoa responsável pela assinatura das rubricas
134 estava presente, e concordou com a necessidade de definir previamente data e local para
135 apresentação à superintendente, avaliando as possibilidades de apoio, ainda que a sociedade civil
136 também busque parcerias. Carivalda informou que convocará uma reunião específica para
137 elaboração do plano de trabalho, exclusivamente com essa finalidade, afirmando que comissões e
138 grupos de trabalho não têm avançado. Reiterou que, como o plano já foi publicado, não há
139 possibilidade de inclusão, mas que o fórum será inserido no plano de trabalho e a sociedade civil
140 buscará apoio para sua realização. Lucas observou que o plano não contempla a parte orçamentária,
141 sendo um pacto institucional que estabelece metas a serem cumpridas. A Secretaria Executiva
142 esclareceu que acreditava que Edjunio se referia ao plano de ação solicitado pela Secretaria para
143 inclusão no PPA. Lucas acrescentou que, nesse caso, poderia ser construído um projeto para
144 apresentação à SEASIC e a outras secretarias que possam financiar o evento. Edjunio reforçou que
145 eventos precisam estar previstos no PPA, caso contrário será necessária alteração na destinação dos
146 recursos. Carivalda explicou que o plano de 2024–2025 foi elaborado e apresentado e aprovado em
147 plenário, e que atualmente ainda estão construindo o novo plano de ação, necessitando da
148 participação dos conselheiros. Solicitou que, caso não seja possível reunir todos presencialmente,
149 sejam enviadas sugestões no grupo para evitar que o Conselho permaneça sem planejamento. Ana
150 Ires pontuou que as entidades nem sempre atuam de forma conjunta enquanto Conselho, embora
151 sejam parceiras, destacando que algumas instituições poderiam contribuir mais e que cada membro
152 deve assumir sua responsabilidade. Viviane afirmou que não estava presente para criticar, mas para
153 somar, ressaltando que, sendo uma demanda recorrente anual, o fórum deve constar no plano de
154 ação, pois a Secretaria possui diversas atribuições e precisa inserir as ações no planejamento anual
155 para previsão de impacto orçamentário; caso contrário, não há possibilidade de custeio, sendo
156 necessário buscar alternativas. Lucas sugeriu que fosse definido previamente um período, como o
157 mês de setembro, para construção do plano de trabalho de 2027, aproveitando o calendário de
158 planejamento da SEASIC e de outras secretarias, na SEAGRI, por exemplo, ocorre entre setembro e
159 outubro, pois ações que ficam fora desse período acabam sem financiamento. A Secretaria Executiva
160 reforçou que sempre orienta, durante a elaboração do plano, que não sejam previstos eventos em
161 todos os meses, para evitar a não execução, sugerindo priorizar duas ou três ações viáveis em vez de
162 muitas que não se concretizem. Destacou ainda a importância da participação efetiva dos
163 conselheiros na construção dos eventos, pois, muitas vezes, participam apenas como convidados,
164 quando o ideal é que atuem diretamente na organização e execução das atividades. Carivalda afirmou
165 que, ao elaborar o plano de ação, costuma inserir atividades em todos os meses, pois entende que o
166 governo acaba escolhendo uma ou duas para executar, considerando que nem todas são realizadas.
167 Disse que, quando se coloca poucas ações, ocorre como no ano anterior, em que praticamente nada
168 foi executado, destacando que, na época em que Gilmarcos presidia o Conselho, havia atividades
169 mensais. A Secretaria Executiva pediu desculpas e esclareceu que a não realização de determinados
170 eventos não esteve relacionada à Secretaria, mas à organização do próprio Conselho, que, segundo
171 ela, não deu continuidade às ações planejadas. Carivalda acrescentou que existem atividades que

172 não dependem do governo, mas que precisam constar no plano, como ações de panfletagem
173 realizadas anteriormente nas feirinhas. Informou que chegou a adquirir uma caixa de som para essas
174 atividades e explicou que, ao inserir vinte ações no plano, a expectativa é conseguir realizar ao menos
175 cinco. Raphaela destacou que o governo, em nenhum momento, impediu a realização de eventos e
176 sugeriu que fossem reservados dois meses para construção conjunta do cronograma anual entre o
177 Conselho e a Secretaria Executiva. Ressaltou que, conforme mencionado por Carivalda, caso haja
178 ações mensais, estas devem ser deliberadas em plenário. Explicou que existem eventos macro e
179 micro e que os conselhos precisam identificar suas reais necessidades orçamentárias, pois não basta
180 apenas apresentar o plano; é necessário indicar quais ações são prioritárias e demandam recursos,
181 citando como exemplo as visitas técnicas, que já possuem solicitação de transporte pactuada, com
182 comunicação prévia em caso de intercorrências. Destacou ainda que é fundamental planejamento
183 detalhado, definição de materiais e organização das ações para que saiam do papel. A Secretaria
184 Executiva mencionou que há a intenção de elaboração de uma cartilha proposta por Carivalda,
185 ressaltando a necessidade de participação coletiva na construção do material, mas apontando que
186 os membros do Conselho ainda não têm se mobilizado para isso. Raphaela reforçou que, durante as
187 reuniões, devem ser levantados os pontos prioritários para o Conselho e que os conselheiros que
188 realizam visitas em campo precisam registrar as demandas e apresentá-las formalmente,
189 possibilitando a adoção de medidas e o bom andamento das atividades. Acrescentou que, conforme
190 mencionado por Edjunio, caso algum membro não tenha domínio sobre o planejamento
191 orçamentário, é importante buscar apoio e atuar de forma colaborativa. Lucas informou que, nos
192 meses de setembro e outubro, a EMDAGRO e as demais secretarias realizam o planejamento anual,
193 ou semestral, e sugeriu que o Conselho aproveite esse período para organizar suas propostas,
194 ressaltando tratar-se apenas de uma sugestão. Carivalda destacou que o CONSEAN não depende
195 exclusivamente do governo, contando também com parcerias, como universidades e outras
195 instituições. Reconheceu que atualmente há maior abertura do governo estadual, mencionando a
197 secretária Érica, mas lembrou períodos anteriores, como na gestão de Jackson Barreto, em que o
198 Conselho enfrentava dificuldades estruturais básicas. Ressaltou que o Conselho mantém diálogo com
199 diversos órgãos, como EMDAGRO, CODEVASF, CECANES e CONAB, e que solicita apoio governamental
200 diante do atual cenário favorável, sem deixar de realizar atividades quando não há apoio estatal.
201 Informou que, quando necessário, busca parcerias com a agricultura familiar e a agroecologia para
202 viabilizar alimentação em eventos, procurando solicitar ao governo apenas apoio com espaço, som e
203 divulgação. Informou que haverá um evento na área da educação e destacou a importância da
204 participação de todos os conselheiros, mencionando discussões envolvendo o CECANE e políticas
205 públicas relacionadas. Afirmou que o Conselho deve atuar como parceiro do governo, defendendo
206 ações que estejam sendo corretamente executadas, ressaltando que povos e comunidades
207 tradicionais vêm sendo incluídos em programas como PNAE, PAA e PEAA. Destacou que tem
208 acompanhado avanços nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e que, ao participar
209 de atividades em que há críticas ao governo, quando reconhece que o trabalho está sendo realizado,
210 posiciona-se em defesa das ações, afirmando perceber atualmente a efetivação da política pública
211 de segurança alimentar. Ana Ires informou que participa de outros conselhos e destacou ser raro uma
212 gestão governamental disponibilizar sua equipe da forma como a SEASIC tem feito, colocando à
213 disposição chefe de gabinete, superintendência e Secretaria para auxiliar nas demandas do Conselho.
214 Ressaltou que esse apoio é pouco comum em outros espaços e que, no caso do plano ainda não estar

215 concludido, trata-se de uma responsabilidade da sociedade civil, que não conseguiu se reunir para sua
216 elaboração. Relatou que o fórum foi realizado de forma emergencial e com dificuldades, destacando
217 que a sociedade civil, enquanto militante, precisa buscar soluções e mobilizar as entidades,
218 convidando-as à união. Manifestou agradecimento pela parceria da SEASIC com o Conselho e
219 reforçou a necessidade de construção do plano de trabalho com definição de datas para execução
220 das ações, a fim de evitar que se repita a situação do ano anterior, ressaltando que as demandas
221 precisam ser apresentadas pelos conselheiros. Concordou ainda com Raphaela quanto à necessidade
222 de prever o transporte no orçamento, por se tratar de recurso financeiro. Ana Ires questionou se as
223 ressalvas haviam sido incluídas no plano, ao que Carivalda respondeu ter visualizado apenas uma
224 ressalva. Raphaela informou que, no dia 11, será realizado o MROSC, explicando tratar-se de uma
225 capacitação voltada à sociedade civil, entidades e associações. Destacou a importância dessas ações
226 promovidas pela Secretaria, pois possibilitam que as entidades compreendam os requisitos
227 necessários para se habilitarem ao recebimento de recursos públicos. Solicitou apoio na divulgação
228 junto às entidades e associações, reforçando a necessidade de regularização dessas organizações
229 para acesso a financiamentos. Estelita relatou dificuldades para realizar a inscrição na capacitação,
230 informando que tentou inclusive com o apoio da Secretaria Executiva, que entrou em contato com o
231 responsável na Secretaria, mas ainda assim não obteve sucesso, nem conseguiu contato pelo telefone
232 disponibilizado. Viviane explicou que podem estar ocorrendo dificuldades em razão do grande fluxo
233 de acessos ao site de inscrição e solicitou o número de Estelita para encaminhar aos responsáveis, a
234 fim de que entrassem em contato e realizassem a inscrição. Carivalda informou que aquele era o
235 momento destinado aos informes, correspondente ao sexto ponto da pauta, abrindo espaço para
236 manifestações. Estelita relatou dificuldades na elaboração de projetos, afirmando que, mesmo
237 pagando por apoio técnico, não tem obtido êxito. Disse desejar participar das capacitações e
238 informou que foi orientada pela Secretária a comparecer mesmo sem a inscrição concluída. Relatou
239 ainda que sua entidade possui poucos recursos, recebe apoio de outras organizações, encontra-se
240 legalizada, mas não consegue acessar financiamentos. Carivalda informou que o tema tratava-se de
241 outra pauta. Tânia informou que a discussão tratava do mesmo tema e ressaltou que todos os anos
242 é necessário elaborar o plano de ação. Reconheceu que, no ano anterior, houve falhas na execução
243 do planejamento e que agora é preciso recuperar o que não foi realizado. Disse compreender as falas
244 apresentadas, mas destacou a importância de pensar nos encaminhamentos a partir do momento
245 atual, evitando retomar constantemente questões passadas. Ressaltou que o plano deve prever o
246 orçamento para garantir organização e evitar novas dificuldades, afirmando que não é possível
247 permanecer sem planejamento. Defendeu a elaboração urgente da agenda, incluindo previsões para
248 os meses de setembro e outubro, e sugeriu também pensar a atuação dos grupos de trabalho nesse
249 período, reforçando a necessidade de encaminhamentos práticos. Carivalda sugeriu que fosse
250 retomado o plano do ano anterior, identificando o que não foi executado e compartilhando no grupo
251 o que deverá ser mantido, acrescentado ou retirado, considerando que, quando reuniões são
252 convocadas, muitos não comparecem. Tânia questionou se havia sido proposta reunião para esse
253 fim, e Valda confirmou que havia sugerido, mas reforçou a alternativa do debate pelo grupo devido
254 à baixa participação presencial. Tânia sugeriu então a realização de uma reunião extraordinária on-
255 line. Valda informou que conversaria com todos pelo grupo para verificar a concordância e, havendo
256 consenso, já deixariam a reunião previamente agendada. Carivalda manifestou entendimento de que
257 o formato on-line poderia não funcionar adequadamente para a construção coletiva. Na sequência,

258 Carivalda passou ao quarto ponto de pauta, referente aos mandatos. Informou que os mandatos
259 estão em fase de encerramento e que receberam comunicação do Conselho Nacional indicando que,
260 no mês de junho, haverá participação das entidades na etapa da conferência nacional. A Secretaria
261 Executiva esclareceu que não serão todos os conselheiros, sendo disponibilizadas quatro vagas para
262 a sociedade civil, incluindo a presidência, restando três vagas adicionais. A presidente informou que,
263 em 2 de maio, os mandatos se encerram e que, caso seja iniciado novo processo eleitoral
264 imediatamente, Sergipe poderá ficar sem representação. Carivalda relatou estar sugerindo modelo
265 adotado em outros estados, como Alagoas, Rio Grande do Sul e Manaus, propondo a recondução dos
266 mandatos por mais um ano, permitindo a organização interna do Conselho; caso contrário, seria
267 necessário formar comissão eleitoral e realizar novo processo, o que poderia deixar o estado sem
268 representatividade. Informou que a sugestão teria sido apresentada pela CPCE. Viviane questionou
269 se havia formalização dessa recomendação, e Carivalda respondeu que iria solicitar oficialmente.
270 Carivalda acrescentou que Ana Ires mencionou situação semelhante em discussão na CEPIC.
271 Destacou ainda que o regimento interno não está concluído e que, sem sua finalização, todos os
272 mandatos se encerrariam, exigindo novo processo eleitoral conduzido pelo governo, ressaltando que
273 a decisão cabe à plenária. A Secretaria Executiva informou que tal deliberação não poderia ocorrer
274 naquele momento devido à ausência de quórum. Tânia questionou se seria necessário que a entidade
275 que representa referendasse a decisão, sendo esclarecido que ela já representa institucionalmente
276 sua entidade. Ana Ires relatou que, ao assumir a CEPIC no ano anterior, a primeira providência foi a
277 elaboração do regimento interno. Destacou que, no CONSEAN, foram criadas diversas comissões,
278 mas não houve avanço efetivo nos trabalhos. Manifestou-se favorável à proposta de recondução
279 apresentada por Carivalda, entendendo que o período adicional permitiria organizar o regimento e o
280 plano de ação, evitando que o processo reinicie sem estrutura no próximo mandato. Afirmou
281 considerar importante deixar para a próxima gestão um Conselho mais organizado e funcional.
282 Carivalda acrescentou que a discussão também envolve as cozinhas solidárias, citando a existência
283 de iniciativas em municípios como Arauá, Capela e Nossa Senhora do Socorro, muitas funcionando
284 sem recursos governamentais e sustentadas pela própria comunidade, apesar da persistência da
285 fome. Destacou que, embora se afirme que a fome tenha sido superada, essa não é a realidade
286 observada por ela. Informou ainda que, caso haja continuidade dos mandatos, não vê impedimento
287 em haver mudança na presidência, afirmando que seu interesse principal é garantir a continuidade
288 dos trabalhos do Conselho. Edjunio fez uma observação destacando que, para tratar desse tipo de
289 assunto, é necessário que haja análise do setor jurídico da SEASIC. Afirmou que o tema pode gerar
290 grande confusão e relatou sua experiência em outros conselhos, especialmente no Conselho de
291 Saúde, onde há mandatos vencidos há muitos anos, com pessoas permanecendo por mais de uma
292 década sem renovação. Ressaltou que não considera esse o caso em discussão, mas apontou a
293 preocupação com a segurança jurídica, uma vez que os conselhos estaduais possuem leis e regras
294 próprias. Explicou que a prorrogação de mandatos não é necessariamente proibida, porém entende
295 que a extensão por um ano não seria adequada, por se tratar de período suficiente para realização
296 de transição. Considerando que o evento nacional ocorrerá em junho, avaliou que há tempo hábil
297 para constituição de comissão eleitoral e realização do processo de eleição até essa data, não
298 visualizando necessidade de prorrogação dos mandatos. Defendeu ainda que o jurídico da SEASIC se
299 manifeste formalmente, considerando a existência de legislação estadual e a ausência, em sua
300 avaliação, de brecha jurídica que permita prorrogação por um ano. Ana Ires afirmou que eventual

301 proposta de prorrogação deverá passar pela análise jurídica. Edjunio acrescentou que, em situação
302 semelhante no município de Nossa Senhora do Socorro, foi necessário encaminhamento à
303 Procuradoria-Geral do Município (PGM), que se posicionou pela impossibilidade de permanência
304 além do mandato, embora ainda houvesse insistência em mantê-los. Destacou que, por vezes, pode
305 parecer que o governo não deseja manter a sociedade civil, quando, na realidade, o conselho deve
306 ser compreendido como espaço de participação coletiva. Alertou que a publicação de prorrogação
307 de mandato sem justificativa legal pode configurar infração à legislação, defendendo a necessidade
308 de posicionamento jurídico fundamentado para autorizar ou não a medida. Declarou ser contrário à
309 prorrogação de mandatos, mencionando sua atuação em outros conselhos, como o Conselho da
310 Criança e do Adolescente, onde, apesar de solicitado a permanecer, optou por não continuar, por
311 entender que os conselhos precisam de renovação e “oxigenação” institucional. Ana Ires comentou
312 que, na CEPPIR, houve discussão semelhante e que a legislação pode apresentar diferentes
313 interpretações, afirmando que, caso o Conselho concorde com a possibilidade, a proposta será
314 encaminhada ao jurídico da SEASIC para avaliação e posterior devolutiva ao colegiado. Edjunio
315 reforçou que decisões de plenária não podem contrariar a lei. Ana Ires reiterou que, embora na CEPPIR
316 tenha havido aprovação unânime, qualquer deliberação deverá ser analisada juridicamente e
317 considerada pelo Conselho. Edjunio esclareceu que sua fala representa apenas um ponto de vista
318 baseado na legalidade e que costuma gerar interpretações equivocadas como posicionamento
319 pessoal, quando, segundo ele, trata-se apenas do cumprimento das normas legais. Laisla,
320 representante da SEDURBI, colocou-se à disposição para colaborar na elaboração das cartilhas e
321 afirmou perceber um novo momento no Conselho. Relatou ser integrante antiga do colegiado, assim
322 como Carivalda, e recordou que, anteriormente, havia constantes embates entre governo e
323 sociedade civil, com pouco diálogo. Destacou que divergências são naturais, mas devem conduzir à
324 construção de consensos em benefício comum. Manifestou concordância com a preocupação
325 apresentada por Edjunio quanto à prorrogação de mandatos, relatando que situação semelhante já
326 ocorreu em gestão anterior de forma impositiva. Ressaltou que, com a entrada de Carivalda, houve
327 mudança significativa na dinâmica do Conselho, que anteriormente enfrentava conflitos e até
328 ameaças, enquanto atualmente há maior diálogo institucional. Colocou-se, enquanto representante
329 da SEDURBI, à disposição para esclarecimentos e apoio sempre que necessário. Tânia questionou se
330 já não seria o momento de realizar formalmente a consulta jurídica sobre o tema. Carivalda informou
331 que o tema correspondia ao quarto ponto da reunião, porém destacou não haver quórum suficiente
332 para deliberação, ressaltando que o ideal seria a participação de todos os membros, tendo
333 apresentado o assunto apenas para conhecimento geral. Viviane solicitou a formalização da
334 documentação da CPCE para encaminhamento e provocação da equipe jurídica. Valmira questionou,
335 em relação à lei do Conselho, se esta poderia ser disponibilizada e se havia previsão específica acerca
336 do processo eleitoral. A Secretaria Executiva informou que poderia fornecer a legislação e esclareceu
337 que apenas duas entidades não poderiam ser reconduzidas : INIS e ICB, por já terem passado por
338 recondução, assim como Carivalda e Dianna, por já estarem há quatro anos no Conselho, enquanto
339 as demais entidades poderiam ser reconduzidas. Informou ainda que a eleição realizada em 2024
340 ocorreu em cumprimento à legislação, pois o então presidente já ultrapassava quatro anos de
341 mandato e pretendia permanecer, tendo sido realizada consulta à Procuradoria-Geral do Estado
342 (PGE), que se posicionou pela impossibilidade de continuidade, embora tenham permanecido,
343 gerando conflitos e ameaças à época. Ressaltou acreditar que o procedimento mais adequado seria

344 o encaminhamento citado por Edjunio, com deliberação do Conselho e posterior análise pelo jurídico
345 da SEASIC. Raphaela informou que a ASSESP está inteiramente à disposição e solicitou a formalização
346 da demanda com antecedência suficiente, a fim de evitar problemas, especialmente por se tratar de
347 ano eleitoral, ressaltando que todas as decisões precisam estar devidamente respaldadas sob os
348 aspectos técnico e legal. Gicélia concordou com o encaminhamento, sugerindo que a CPCE
349 encaminhe ofício formal e que seja marcada reunião extraordinária para tratar do tema. Ficou então
350 definida a realização de reunião extraordinária presencial no dia 23 de fevereiro de 2026 (segunda-
351 feira), às 9h, para tratar dos mandatos. Tânia apresentou informe sobre projeto desenvolvido pela
352 Associação Bom Pastor, denominado “Arte na Rua”, solicitando apoio do CONSEAN. Informou que o
353 evento ainda não possui data definida, mas está em diálogo com a Universidade Federal de Sergipe
354 (UFS), com intenção de realizá-lo na Praça General Valadão. Explicou que a proposta é promover um
355 momento de cuidado à população em situação de rua, oferecendo banho, roupas, alimentação e
356 espaço para exposição das produções artísticas desse público. Raphaela informou que a SEASIC
357 desenvolve ação semelhante por meio do projeto “Praça que Abraça”, realizado em parceria com o
358 CIAMPE. Tânia destacou que, por ser ano político, desejam que o protagonismo do evento seja da
359 população em situação de rua, estando também em busca de recursos e contando com apoio de
360 artistas, com o objetivo de realizar uma atividade digna e valorizadora, ressaltando que essa
361 população não é invisível, pois sua presença provoca reflexão social. A presidente declarou encerrada
362 a reunião. Em seguida, Ana Ires informou sobre a Marcha de Oxalá, realizada no dia 30, relatando
363 que uma das pautas da CEPUR foi a solicitação de audiência com a secretária Érica Mitidieri para tratar
364 da caminhada, o que ocorreu no dia seguinte, com apoio da Secretaria na infraestrutura do evento e
365 participação da própria secretária, destacando a importância da ação para reconhecimento e
366 fortalecimento das comunidades envolvidas. Foram deliberados: 1-Aprovação da ata; 2-Alteração da
367 data da reunião ordinária de março para o dia 13 de março, em razão da agenda da presidente, que
368 participará da reunião do CONSEA Nacional; 3-Definição da reunião extraordinária presencial para o
369 dia 23 de fevereiro de 2026, segunda-feira, às 9h, para tratar dos mandatos. Nada mais havendo a
370 tratar, e eu, Kathleen F. Hagenbeck, secretária executiva do CONSEAN/SE, lavrarei a presente ata, a
371 qual após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos senhores conselheiros.

372

373

374 Ana Ires Lima dos Santos – MNU _____

375

376 Ana Lúcia Santos Nascimento Calazans- IE _____

377

378 Antônia Regina Coelho de Oliveira- SEFAZ _____

379

380 Carivalda Ribeiro Souza-ICB _____

381

382 Edjunio Vieira Silva- IDPESE _____

383

384 Estelita Santos da Conceição- Associação Nova Esperança _____

385

386 Eliene da Silva Santos _____

387

388 Kathleen F. Hagenbeck – CONSEAN _____

389

390 Laísila Vieira Santana- SEDURBI _____

387	Lucas dos Santos- IDPESE _____
388	Lucas Travassos Deda-SEAGRI _____
389	Tânia Maria de Lima- Associação Católica Bom Pastor _____
391	Valmira Beto Santos- Colônia de Pescadores Z3 _____
392	Vanessa Gama Alves- GACC _____
393	Viviane Reis de Andrade-SEASIC _____
394	Raphaela Dias de Rezende- SEASIC (convidada)
395	Tânia Lima Moura- Associação de Moradores do Bairro Bugio (convidada)
396	
397	
398	